

# A Constituinte

# Está tudo bem, diz o governo. (MAS HÁ QUEM DUVIDE)

### O PMDB e o PFL estão em pé de guerra, trocando ameaças. Há críticas de todos os lados, só se fala nas crises política e econômica, mas já se organiza um forte bloco de apoio ao presidente Sarney.



Quêrcia e Ulysses (foto pequena) e um dia de decisões no plenário da Constituinte (foto maior).

Mesmo com a atual crise econômica rendendo críticas de todos os lados, o presidente Sarney está otimista — e acredita até que poderá conter mais essa onda de pessimismo. "O Brasil já passou por crises piores e a todas superou graças às suas potencialidades", concluiu ele ontem, depois de um reunião com o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, e o novo presidente do Banco Central, Francisco Gros — e é exatamente essas mensagens de alento que Sarney transmite hoje em sua conversa ao pé do rádio.

A expectativa do governo é normalizar a economia no prazo máximo de 60 dias, segundo apurou ontem o governador eleito Orestes Quêrcia, que teve um longo encontro com Sarney no Planalto. Quêrcia só não sabe que medidas seriam tomadas para resolver a crise — "não sei se através de um pacote ou de um projeto no Congresso". "Só posso dizer que sei do encontro muito tranquilo", relatou Quêrcia. "Encontrei o presidente otimista e certo de que tem condições de enfrentar as turbulências do momento."

A área militar também está tranquila e nenhum oficial manifestou qualquer descontentamento em relação ao governo. O que está havendo, segundo alguns militares, é um descontentamento apenas da classe política, ainda às voltas com as discussões preliminares da Constituinte. Outros copiam a existência de grupos interessados em "tumultuar o processo político", apontando no despatê da Constituinte — e esses grupos eles localizam tanto na esquerda como na direita.

**Críticas**  
Nem tudo, porém, é tranquilidade. Há quem veja problemas na equipe ministerial, como o deputado Jorge Uequed (PMDB-RS), que foi ontem a Sarney para censurar o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, que acusou o governo e o PMDB pelo fracasso do Plano Cruzado. "Os ministros têm direito à crítica, mas desde que estejam fora do governo", atacou Uequed.

A falta de entendimento entre o governo e os partidos da Aliança Democrática também preocupa o governador eleito do Paraná, Alvaro Dias, que já pre-

te, por conta disso, reflexos no Exterior com prejuízos às negociações com os bancos credores. "Orquestra desafinada perde platéia", comparou Dias, depois de defender uma reforma ministerial "para recuperar a eficiência perdida do governo".

O assunto da reforma ministerial, na verdade, começou a ganhar mais espaço depois das declarações de Aureliano Chaves, que acabou sendo o ponto de partida para o contra-ataque do PMDB ao PFL. "Com essa campanha contra o PMDB, o PFL começa a preparar terreno para abandonar escandalosamente o governo Sarney com uma postura oportunista e opositorista", denunciou o vice-líder do PMDB, deputado Maurício Ferreira Lima. "A estratégia do PFL é muito clara. Eles não acreditam mais que o governo Sarney dure por muito tempo e querem sair antes que a situação se agrave. O PFL quer se sair bem com a bandeira das diretas já e a candidatura de Aureliano Chaves à presidência, travestida de oposição."

Na tentativa de conter os mais exaltados, o ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, apressou-se ontem em lembrar a "importância" da aliança PMDB-PFL para dar sustentação ao governo. E defendeu o Plano Cruzado das críticas que vem sofrendo, embora admitindo que apresente falhas.

Maciel, contudo, não fez abertamente a defesa de Aureliano Chaves — essa tarefa coube ao ministro da Educação, Jorge Bornhausen. "As críticas que o ministro Aureliano fez na última terça-feira, não representam um ato de rebeldia do PFL contra o governo", justificou. "Elas demonstram apenas que há uma efervescência num partido que está vivo."

Essas explicações, contudo, não deixaram os frentistas mais tranquilos em relação à possibilidade de substituição de algum ministro do partido. "Se houver a substituição de um ministro do PFL, isso implicará na saída de todos os ministros frentistas e no consequente rompimento do partido com o governo", avisou o vice-líder do PFL na Câmara, Oscar Correia. "Será um por todos e todos por um. Ou saem todos ou ficam todos."

**Apoio**  
Se depender do novo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, não haverá sequer um arranhão na Aliança Democrática. "Não se trata de saber se a Aliança ainda existe ou não. Ela precisa existir", determinou ele depois de um "encontro protocolar" que manteve ontem com Aureliano Chaves. "A tormenta vai ser grande e a nau precisa agüentar. E nós, dos dois lados, temos que fazer todo o possível para que a Aliança continue existindo."

Assim, como visitou Aureliano, Sant'Anna pretende fazer o mesmo com os outros ministros do PFL e, para fechar as negociações, com os do PMDB. E as pressões de Sant'Anna vão além: nos próximos dias pretende se encontrar com o líder do PTB, deputado Gastone Righi, com quem quer articular o ingresso do partido na Aliança.

Brigas e acusações à parte, os ainda não envolvidos na polêmica PMDB-PFL acreditam que o impasse econômico e político só será superado se Sarney tiver respaldo. E isso não faltará da parte dos governadores nordestinos, segundo promessa feita ontem pelos seis governadores eleitos pelo PMDB (Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Bahia), que participaram de uma reunião com o presidente do BNDES, Márcio Fries.

Esses governadores consideram o apoio a Sarney um fundamento que chegaram a defender o mandato de seis anos, com exceção de Miguel Arraes (Pernambuco) e Wáldir Pires (Bahia) que, mais cautelosos, preferem deixar a decisão para a Constituinte. "O mandato de seis anos chega a ser vital para o Nordeste", justificou o governador eleito pelo PFL de Sergipe, Antônio Carlos Valadares. "É a grande oportunidade para a nossa região, já que Sarney é nordestino."

Nessa reunião pouco se falou em reforma ministerial. Apenas Miguel Arraes tocou no assunto, para observar que mudar pessoas não significa muita coisa se não houver definição de rumos da política econômica: "É preciso refletir. Mudar para fazer o quê?"

**Mudanças**  
Nem reforma ministerial nem busca de fórmulas diferen-

tes. Na opinião do governador do Rio, Leonel Brizola, a "única saída digna" para o Brasil e para o presidente Sarney é a convocação de eleições diretas para a Presidência no prazo mais curto possível. "O País vive uma crise mais grave que a de 1964", avaliou Brizola. "E o presidente Sarney, indiferente à gravidade do momento, atua no poder como quem conspira em causa própria".

Brizola estava ontem em Belo Horizonte com o objetivo de lançar sua candidatura a presidente. Mas, cauteloso, preferiu apenas dizer que foi para reivindicar diretas já. "Minha candidatura seria colocada numa postura até romântica, para pressionar a convocação de eleições. Mas eu nunca disse que seria candidato".

Ao criticar as previsões de Sarney de que a economia pode estabilizar-se dentro de quatro meses, Brizola usou de ironia e acabou atingindo outro alvo: "Essa nem o doutor Roberto Marinho poderá engolir". E propôs a Sarney que "deixe de ser apegado ao cargo" e "num gesto de lucidez" proponha à Constituinte a convocação imediata de eleições para a escolha de seu sucessor. "Com Sarney na Presidência não há saída digna: ou o País caminha para a recessão ou para a exacerbação total, a desordem, a anarquia".

O vice-governador eleito de São Paulo, Almino Afonso, também manifestou sua preocupação com o momento político — e concordou com o governador eleito do Rio Grande do Sul, que fez comparações com os tempos que antecederam a queda de Salvador Allende, no Chile. Mas o prefeito Jânio Quadros não acha assim: "O que está faltando é confiança, e sobretudo confiança na ação do presidente. Essa é uma grande nação e dentro da ordem será possível reconstruí-la".

O otimismo de Jânio é dividido com Orestes Quêrcia, que garante estar o governo tomando novas medidas de choque, embora não saiba quais. "Quem quer pegar galinha não faz zô", comparou ele. "É claro que eles não vão anunciar na véspera as medidas de choque".

# Em busca da saída

Se o governo não oferece alternativas, o PMDB quer encontrá-las. Discretamente.

Senadores e deputados-constituintes do PMDB estão mantendo contato permanente com o governo, desde o início do ano, procurando, principalmente, restabelecer relações entre autoridades da área econômica que nem se conversam, e discutir propostas alternativas à solução da crise que se agrava a cada dia.

Os constituintes do PMDB acham um absurdo, por exemplo, o fato de o ministro Dilson Funaro não conversar com o presidente do Banco do Brasil, Camillo Calazans, há quatro meses. "Se a equipe econômico-financeira não consegue atuar em harmonia", disse um dos parlamentares — "não há como o governo imprimir coerência à sua política econômica".

Os constituintes do PMDB que estão discutindo o quadro sócio-econômico entre eles e com as autoridades do Executivo — principalmente Dilson Funaro e João Sayad — agem discretamente. Nem sempre se reúnem em Brasília. Já organizaram conversas em São Paulo e no Rio, procurando alternativas para superar a crise. O ministro Almir Pazianotto é considerado "o mais difícil".

Apesar da discrição, os mais atentos são José Richa, Mário Covas, Severo Gomes, Wilson Martins, Gerson Camata, Paulo Macarini, Euclides Scalco, Fernando Gasparian, Pimenta da Veiga, entre outros. Alguns deles comentaram que o governo, apesar da insistência, ainda não apresentou alternativas.

Por isso mesmo eles poderão inverter o quadro, apresentando alternativas ao governo. Os estudos já foram solicitados a alguns economistas, entre os quais, Dércio Munhoz, da Universidade de Brasília.

Os deputados e senadores do PMDB — vários deles ex-governadores de experiência administrativa — ficaram muito irritados com a recente declaração do senador Afonso Camargo (PR), apresentando um ultimatum ao governo: "Ou o governo cumpre o programa do PMDB ou o PMDB rompe com o governo".

**Sem rompimento**  
Anteontem, à noite, após audiência com o presidente Sarney, o senador-constituinte José Richa fez questão de esclarecer que o rompimento com o governo não está nos planos de ninguém. Richa — citado na entrevista de Camargo como partidário do ultimatum — disse que o PMDB está ciente de sua responsabilidade como o maior partido de suporte político ao governo Sarney.

"Não podemos pensar em rompimento, mas em colaboração, em participação, em integração. O afastamento do PMDB do governo, ou do governo do PMDB, colocariam em risco, não apenas o partido, mas a estabilidade da transição democrática".

Nos contatos que alguns daqueles constituintes têm mantido com o presidente da República fica a impressão de que, embora

tenso e preocupado, ele não está pessimista. "Sarney pede paciência, falando que as dificuldades, embora enormes, poderão ser superadas", relatam.

O chefe do governo está ciente do trabalho que está sendo desenvolvido no PMDB, pelo entrosamento entre os mais diversos setores da área sócio-econômica e integração governo-PMDB. Sempre que surge a oportunidade, o presidente agradece e cada um pela "valiosa colaboração".

Nos últimos dias os mesmos parlamentares estão se preocupando com um fato novo: a escolha do líder do governo na Câmara, sem a mesma indicação para o Senado. Para eles o presidente, se deixar como líder do governo o líder eleito da bancada, senador Fernando Henrique Cardoso, estará dando uma prova expressa de desconfiança em toda a bancada de deputados do PMDB. Na bancada da Câmara o presidente indicou Carlos Sant'Anna para líder do governo (e da maioria), 48 horas antes de a bancada eleger seu próprio líder.

Aos que advertiram, Sarney, procurando esclarecer, disse que não tinha quaisquer restrições aos três candidatos a líder do PMDB na Câmara — Luiz Henrique, Milton Reis e João Hermann. Ciente de que seria vencedor o deputado Luiz Henrique, o presidente comentou: "Gosto dele, mas não temos maior relacionamento. Não há maior identidade".

desordem econômica nacional", podendo refletir disso, na ordem social, ser "catastrófico", afetando o quadro político de nossa transição para a democracia plena. Consciente "dessa gravíssima ameaça", pediu então, formalmente, a convocação do ministro Dilson Funaro e dos ex-presidentes e atual presidente do Banco Central, para que, em plenário, falem das causas "que levaram ao insucesso do Plano de Estabilização Econômica". A convocação de autoridades, como ele mesmo observou, não está prevista nas normas provisórias da Constituinte, mas — enfatizou — "não podemos ficar aqui brincando de Constituinte enquanto a Nação está em crise".

Nesse sentido, o líder do PDS sugeriu o "recesso branco", de 28 deste mês a 16 de março. Justificando a proposta, Amarel Netto lembrou que após o Carnaval poucos constituintes irão a Brasília, a começar pelos do PMDB, devido às festividades de posse dos novos governadores.

**Emendas**  
A sessão da Assembléia foi até quase as 18h30, quando se encerrou também o prazo para a apresentação de emendas ao projeto de regimento definitivo. Ontem à noite, nem mesmo a mesa da Constituinte tinha o número certo de emendas que foram apresentadas, no decorrer da semana, calculando o seu secretário, Paulo Afonso Martins, entre 700 e 750 propostas, que significam, como alteração ao regimento, muito mais, pois na maioria dos casos cada emenda traz várias alterações.

O relator dessas emendas, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que tem prazo até quinta-feira próxima para apresentar o seu parecer substitutivo, disse ontem que alguns pontos já estão definidos, como o aumento do número de comissões técnicas — ele pessoalmente está convencido de que cinco não serão suficientes para um bom trabalho —; uma diminuição bem significativa no tempo de acesso dos constituintes ao rádio e televisão, estando descartada a possibilidade de espaço gratuito nos jornais; e haverá possibilidade de participação popular na Constituinte, com os cidadãos podendo apresentar projetos.

## AURELIANO

### As críticas violentas, apenas truque de candidato?

O ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, com suas críticas ao Plano Cruzado e aos ministros do PMDB, retomou a liderança das forças de centro-democrático do País e colocou-se novamente em condições de disputar a Presidência da República, segundo avaliação de integrantes das bancadas de vários partidos feita ontem na Câmara.

"Acho que ele quer sair batendo as portas para ser candidato de oposição à Presidência" — previu o deputado Viana Neto (PMDB-BA).

Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) acredita que ele quer sair bem porque a saída é inevitável. "Ele quer restaurar sua condição de candidato à Presidência da República".

Os parlamentares argumentam que o político mineiro restaurou sua proeminência no PFL, ameaçada pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, por sua presença no Palácio do Planalto, tirando ainda o partido da defensiva em que se encontrava, no governo, depois de amargar a derrota eleitoral do ano passado, além de verbalizar a insatisfação da classe média e a frustração das bases.

Extraindo estas conclusões da ofensiva do ministro das Minas e Energia, deputados e senadores lembram que ele fazia exatamente o mesmo no governo João Figueiredo, quando se insurgiu contra a política econômico-financeira de Delfim Netto e Ernani Galvães. Exercitava a oposição doméstica. Continua no Ministério porque a ele se atribui haver indicado o então senador José Sarney para companheiro de chapa de Tancredo Neves e sustentado essa indicação, contra manifesta resistência de ponderáveis áreas do PMDB. Agora, se situa em condições de disputar a sucessão de Sarney, se o PMDB se inclinar pela tese de eleições diretas para presidente da República, 120 a 180 dias após a promulgação da nova Carta Magna, como já se fala.

"Apesar de pregar o racionamento, ele eletrizou o País com seu desabafo. Mostrou ainda que o PFL ainda não absorveu a derrota", brincou Heráclito Fortes (PMDB-PI).

José Maurício (PDT-RJ) diz que ele aproveitou as dificuldades da hora presente para se impor perante o governo e o PFL "enquanto para o senador e ex-governador Gerson Camata (PMDB-ES), Aureliano quis puxar o PFL para a oposição, mas não o conseguiu".

"Aureliano quis resgatar a força do PFL que saiu enfraquecido da última disputa eleitoral e estava escondido no governo, como se não se sentisse à vontade dentro dele. Procurou ressuscitar o PFL nesse momento de dificuldades", segundo o raciocínio de Otávio Elísio (PMDB-MG).

Renato Jobim (PMDB-RS) acha que ele quis sair "à frente da liderança das forças conservadoras do País".

"Foi declaração de guerra ao PMDB para solidificar a decisão do presidente da República de criar novo arco de apoio ao governo, constituído de correntes políticas mais identificadas com ele e, não de opositores disfarçados". Foi o que disse o líder do PTB, Gastone Righi, para quem "a esquadra do PMDB quer o confronto, a cada instante, sempre movida por interesses fisiológicos".

"Aureliano mostrou que é homem de coragem. Consegiu apoio de grande parte da população. Deixou claro que se tem compromissos com o governo, tem mais com a população. Conquistou abertura para a busca de identidade do PMDB e condenou posições que o governo estava assumindo sem nossa audiência", afirmou Jofran Frejat (PFL-DF).

## Cúpula do PFL

Animado com a repercussão de declarações do ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, contra o PMDB, o senador Edison Lobão (PFL-MA), preconizou, ontem, a imediata mudança da cúpula de seu partido "porque ela está muito intimidada, muito acomodada".

O parlamentar maranhense acha que "eles deviam ser mais agressivos com quem nos acusa de tudo. O presidente tem de ser alguém que fale com autoridade e com energia".

Segundo Lobão "o PFL tem de assumir sua importância no quadro político-institucional do País. Não pode ser tratado como caudatário do PMDB nem como partido de segunda linha".

O senador maranhense lembra, com certa mágoa, a campanha eleitoral do ano passado em que foi vitorioso:

"Não nos beneficiamos praticamente do Plano Cruzado. Elegemos com nossas forças o PMDB se assenhoreou do Plano Cruzado então no auge de sua popularidade. Durante a campanha, por isso mesmo, não conseguimos ser sequer sócios minoritários do Plano. Assim, o PMDB elegeu todos os governadores, à exceção do de Sergipe. A responsabilidade de defender o governo é do PMDB, mas não concordamos também em defendê-lo porque somos solitários".

O senador Edison Lobão diz "não poder entender a postura escapistada do PMDB", embora ressalte "a solidariedade de seu presidente Ulysses Guimarães à política governamental".

## REGIMENTO

### A liderança do PMDB prepara um grande pacto

Autorizado, como anunciou, pela liderança do PMDB — tanto por Pimenta da Veiga quanto pelo novo líder Luiz Henrique — o deputado Eydio Ferreira Lima (PE) propôs ontem, em plenário, um "itinerário" para a Constituinte — indo da ratificação do mandato de Sarney à confirmação da atual ordem jurídica e constitucional (excetuado o "excesso autoritário").

Para ele, essas medidas são necessárias porque, com a eleição de Tancredo Neves, ultrapassou-se o autoritarismo, mas o Estado ficou sem os instrumentos próprios para o exercício de uma democracia. O próprio chefe de Estado, "sem legitimidade de origem, debate-se num limbo estéril, sem esses mecanismos". Em consequência, "o País vive à matroca, com instituições rotas, uma economia sem rumo e uma sociedade perplexa e órfã".

"Nesse quadro" — assinalou — "nada mais ajuizado do que recorrer à Constituinte para pôr em ordem as instituições. O itinerário é simples e preciso. A Constituinte, recorrendo à sua legitimidade, a emprestará ao chefe de Estado, referendando-lhe o mandato. A ordem jurídica e constitucional também será confirmada, dela se esboçando, nesta preliminar, o someto de um excesso autoritário. Feito isto, toda área política estará descongestionada e o Executivo poderá voltar-se para os graves problemas da área econômica e social. Esse será o grande pacto — e não concertá-lo será uma insanidade", frisou Eydio.

Por sua vez, o líder do PDS, deputado Amarel Netto (RJ), disse haver uma "escalada de fatos e indícios que caracterizam a

desordem econômica nacional", podendo refletir disso, na ordem social, ser "catastrófico", afetando o quadro político de nossa transição para a democracia plena. Consciente "dessa gravíssima ameaça", pediu então, formalmente, a convocação do ministro Dilson Funaro e dos ex-presidentes e atual presidente do Banco Central, para que, em plenário, falem das causas "que levaram ao insucesso do Plano de Estabilização Econômica". A convocação de autoridades, como ele mesmo observou, não está prevista nas normas provisórias da Constituinte, mas — enfatizou — "não podemos ficar aqui brincando de Constituinte enquanto a Nação está em crise".

Nesse sentido, o líder do PDS sugeriu o "recesso branco", de 28 deste mês a 16 de março. Justificando a proposta, Amarel Netto lembrou que após o Carnaval poucos constituintes irão a Brasília, a começar pelos do PMDB, devido às festividades de posse dos novos governadores.

**Emendas**  
A sessão da Assembléia foi até quase as 18h30, quando se encerrou também o prazo para a apresentação de emendas ao projeto de regimento definitivo. Ontem à noite, nem mesmo a mesa da Constituinte tinha o número certo de emendas que foram apresentadas, no decorrer da semana, calculando o seu secretário, Paulo Afonso Martins, entre 700 e 750 propostas, que significam, como alteração ao regimento, muito mais, pois na maioria dos casos cada emenda traz várias alterações.

O relator dessas emendas, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que tem prazo até quinta-feira próxima para apresentar o seu parecer substitutivo, disse ontem que alguns pontos já estão definidos, como o aumento do número de comissões técnicas — ele pessoalmente está convencido de que cinco não serão suficientes para um bom trabalho —; uma diminuição bem significativa no tempo de acesso dos constituintes ao rádio e televisão, estando descartada a possibilidade de espaço gratuito nos jornais; e haverá possibilidade de participação popular na Constituinte, com os cidadãos podendo apresentar projetos.

## LIDERANÇA

### O apoio a Sarney oscila. Em quem confiar?

O presidente José Sarney não pensa mais em indicar um líder da maioria no Senado, revelou, ontem, o líder do PMDB na Casa, Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, contrariando essa informação, uma fonte do Palácio do Planalto assegurou que o presidente continua cogitando de levar essa ideia adiante, e já está articulando a escolha do nome. Para o governador eleito de São Paulo, Orestes Quêrcia, o líder do PMDB e do governo na Câmara deveria ser o mesmo, o que não aconteceu por falta de um pouco de trabalho político da bancada do partido para chegar a um nome comum aos dois lados. "Talvez esteja faltando tempo ao dr. Ulysses", disse Quêrcia, defendendo o licenciamento do presidente nacional do partido. Em seu encontro da última terça-feira com o presidente Sarney, o prefeito Jânio Quadros analisou a crise por que passa o País, e salientou que as forças que apoiam o governo não são totalmente confiáveis, assinalando a necessidade de um apoio político incondicional.

O senador Fernando Henrique Cardoso disse que conversou com o presidente Sarney na quarta-feira e que se for indicado um líder do governo para o Senado ele ficará não só contrariado, por discordar da iniciativa como também surpreso: "Se o presidente está pensando nisso deverá me comunicar. Mas o que ele me assegurou é que não tomará essa providência", frisou o parlamentar. Na sua opinião, a Câmara pode necessitar dessa coordenação, mas não o Senado, por ser menor e possuir reduzido número de parlamentares.

Enquanto isso, muitos peemedebistas continuam reagindo à indicação do deputado Carlos Sant'Anna para a liderança do governo na Câmara. O próprio Fernando Henrique indagou se Sant'Anna é efetivamente líder, uma vez que o presidente Sarney não fez nenhuma comunicação à Câmara. A formalidade é necessária para que os partidos se reúnam e organizem o bloco da maioria.

### Faltou empenho

O governador eleito de São Paulo, que ontem almoçou com o presidente em Brasília, acha que faltou empenho do PMDB para que fosse escolhido um único nome tanto para a liderança do partido como do governo. E Orestes Quêrcia acabou endossando a tese do senador José Richa (PMDB-PR) de que o deputado Ulysses Guimarães não teria tempo para cuidar das três presidências que detém. O governador argumentou que a escolha de dois líderes pode servir para que o deputado Ulysses Guimarães considere a necessidade de delegar poderes a alguém para a condução das questões políticas do partido. De qualquer forma, adiantou que respeita muito o deputado e não faria nenhuma pressão.

Segundo Quêrcia, o presidente Sarney não está sendo abandonado pelo PMDB, pelo contrário, o partido está solidário com ele. As acusações do ministro Aureliano Chaves, segundo Quêrcia, são fatos isolados naturais em um processo democrático; e as críticas de integrantes do PMDB e do PFL não significam o envolvimento dos partidos. Mas o presidente está tranquilo, disse Quêrcia: "A palavra que eu recolhi do presidente Sarney foi de otimismo, muito importante no momento das medidas econômicas". Informou, sem revelar, entretanto, os motivos de seu encontro de ontem com o chefe da Nação.

Quêrcia não quis comentar a possibilidade ou necessidade de uma reforma ministerial, informando que falou com o presidente apenas sobre a reforma tributária, para beneficiar os municípios ainda neste ano.

### Bloco da Maioria

O encontro do prefeito Jânio Quadros com o presidente Sarney, na terça-feira passada, resultou, principalmente, na abertura do caminho para a formação do bloco da maioria, sob a liderança do deputado Carlos Sant'Anna, pois deixou antever o apoio dos 18 deputados federais e um senador do PTB. Contudo, o líder do partido na Câmara, Gastone Righi, acentuou que o governo ainda não apresentou aos petebistas uma proposta concreta que permita o fechamento de um acordo. As bancadas petebistas na Câmara e no Senado já têm audiência marcada com o presidente Sarney e com o ministro Marco Maciel na próxima quinta-feira. Mas a expectativa do líder Gastone Righi é de que a formalização do acordo não sairá ainda desta audiência.

Uma dificuldade para isso está sendo a exata atribuição das funções do deputado Carlos Sant'Anna como líder de um bloco de apoio ao governo — os petebistas temem que o partido perca sua identidade e suas prerrogativas no plenário ao se submetem à liderança do governo.

Além disso, os petebistas questionam a liderança na Câmara, por acharem que as coisas deveriam ficar mais nítidas, com o governo tendo também seu líder na Assembléia Constituinte.